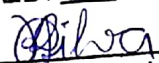


RECEBI 13/07/18

  
Secretaria de Meio Ambiente

**COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE GARÇA – GARCAFÉ (em liquidação extrajudicial)**, CNPJ CNPJ 48.204.135/0001-03, com sede na Rua Ribeirão da Garça, 31, Garça – SP, CEP 17.400-000, por seu procurador, vem à presença Vossa Senhoria apresentar o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da decisão proferida na defesa dos Autos de Infração nº **65, 66, 67, 68, 69, 213, 214, 215, 216, 217, 218** e para tanto, expõe e requer o que segue:

1 - Em 26.04.2018 a recorrente foi autuada com fundamento na Lei Municipal 4905/2017, por suposta **“realização de queimada em lote urbano no município de Patrocínio”**, atribuindo-se multa no valor de R\$ 950,57 para cada infração supostamente cometida, sendo lavrados 11 autos de infração.

2 – Inconformada, apresentou a peticionária a competente defesa, que foi rechaçada pelo DD. Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Caio Marcos Veloso, contra o que ora se insurge.

3 – Como se sabe, toda e qualquer decisão, seja ela judicial ou administrativa, deve obrigatoriamente estar devidamente fundamentada, de tal sorte a permitir aos interessados pleno conhecimento dos motivos que levaram ao convencimento do julgador.

Significa dizer que da decisão deve emanar claramente os fundamentos de fato e de direito que conduziram ao acatamento, ou não, da tese apresentada.

Contudo, no caso versado, não se vislumbra a devida e indispensável fundamentação, ou seja, não é possível extrair os reais motivos que levaram o julgador a rechaçar os argumentos que lhe foram outrora apresentados.

Com efeito, da leitura da decisão recorrida denota-se que o Julgador se limitou a apresentar um breve resumo dos fatos, dos argumentos apresentados e do parecer da Procuradoria Jurídica, para, na sequência e de forma não fundamentada, decidir “pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso apresentado pela Cooperativa da Região de Garça – GARCAFÉ”.

Percebe-se, sem grandes esforços do intelecto, que o julgador fez ouvidos moucos ao seu dever legal de fundamentar toda e qualquer decisão, o que macula de nulidade insanável a ora recorrida, que, por tal motivo, deverá ser anulada para que outra seja proferida em seu lugar, agora com a devida fundamentação, o que desde já fica requerido.



4 – Noutro aspecto, a recorrente foi autuada por ofensa ao disposto no art. 1º, da Lei Municipal n. 4.905, de 02 de junho de 2017, o que veda a realização de queimadas em lotes urbanos situados no Município de Patrocínio.

Todavia, no caso versado não houve queimada no significado adotado pelo legislador municipal quando da edição da citada legislação, ou seja, queima propositada com o intuito de erradicação de vegetação, de limpeza de restolho ou de eliminação de sobranes.

Houve, na verdade, um incêndio provocado por causa desconhecida, que, aliás, poderia até mesmo ser proveniente de força maior, como a queda de um raio, ou da prática delituosa por parte de terceiro, e que só não teve consequências maiores em razão de cuidados perpetrados pela recorrente com seus imóveis, que sempre os manteve devidamente roçados, tanto que o fogo atingiu apenas vegetação rasteira ou de pouco estatura.

Seja como for, a recorrente em hipótese alguma empreendeu queimada em seus lotes ou permitiu que terceiros o fizessem, o que, data vênia, afasta a tipicidade da conduta.

Sabe-se que a área em questão se constitui em loteamento urbano, cujos lotes pertencentes à recorrente estavam limpos e com pouca vegetação e conversas com pessoas da região trouxeram à tona que o incêndio teve foco inicial em imóveis lindeiros e que fora causado criminosamente por terceiros.

Fato é que não se pode atribuir à recorrente conduta de empreender queimada nos lotes de sua propriedade e nem mesmo a de ter criado condições favoráveis à sua ocorrência, o que afasta eventual responsabilidade pelos fatos então ocorridos.

Nessa linha, registre-se, por oportuno, que a recorrente realizou trabalhos na área de limpeza por capina manual. Assim, os imóveis estavam limpos, tanto que o incêndio, originário de lotes de terceiros, não tomou maiores proporções.

Interessante anotar, ainda, que a queimada demanda ato voluntário, pessoal e intencional, o que não ocorreu no caso vertente, tanto que inexistia no Auto de Infração qualquer informação de que teria sido a recorrente quem teria ateado fogo nos lotes.

Desta feita e por conseguinte, o enquadramento restou indevido, sendo que o agente autuante descumpriu regra elementar na elaboração do auto de infração, qual seja, indicação dos fatos. A indicação do fato é elemento essencial do auto de infração, devendo, portanto, ser milimetricamente certos. A distorção entre enquadramento e descrição do fato gera cerceamento de defesa e nulidade do auto de infração, o que fica requerido seja reconhecido.

Não se perca de vista, ainda, que a recorrente não cometeu qualquer tipo de "ação ou omissão" que constitua infração ao ordenamento jurídico vigente, uma vez que ela não foi a responsável pelo incêndio.

O que deve ter ocorrido Exa. foi uma presunção por parte do agente autuante que o fogo nos imóveis fora causado pelo proprietário. Tal presunção não deve prosperar, uma vez que fere de prontos princípios constitucionais basilares do ordenamento jurídico brasileiro, em especial o princípio constitucional da presunção de inocência.

O certo é que a recorrente não foi a responsável pelo citado incêndio, seja por ação ou omissão, sendo que sempre procurou cumprir com a legislação vigente, sem nada que possa desabonar sua conduta.

Diante do exposto, requer a reforma da r. decisão recorrida, para anular os autos de infração impostos à recorrente, por ser medida de Justiça.

Patrocínio, 13 de julho de 2018.

P/p

SELMO ABRAHÃO DA SILVA  
CPF 119.496.431-15

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE GARÇA – GARCAFÉ  
(em liquidação extrajudicial)